

SUMÁRIO

Agradecimentos.....	11
Prefácio	13

INTRODUÇÃO, 15

CAPÍTULO 1

A SUJEIÇÃO PASSIVA TRIBUTÁRIA, 21

1.1. O contribuinte e o responsável tributário.....	23
1.2. A responsabilidade tributária. Conceito e natureza jurídica	27
1.2.1. Responsabilidade tributária por substituição ou por transferência.....	33

CAPÍTULO 2

A RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA DO SÓCIO OU ADMINISTRADOR, 37

2.1. A natureza jurídica da responsabilidade do sócio ou administrador	39
2.2. As hipóteses de aplicação do art. 134, VII, do Código Tributário Nacional	41
2.2.1. Sociedade de pessoas. Inaplicabilidade do art. 134, VII, do Código Tributário Nacional à sociedade limitada e sociedade anônima	41
2.2.2. Responsabilidade subsidiária.....	45
2.2.3. Da natureza sancionatória da responsabilidade do sócio que encerrou irregularmente a sociedade de pessoas	49
2.2.4. A responsabilidade tributária é apenas daqueles que possuem poderes de mando na sociedade.....	54

2.2.5. O encerramento regular da sociedade e a falência não atraem a aplicação dos arts. 134, VII e 135, III do Código Tributário Nacional	58
2.3. As hipóteses de aplicação do art. 135, III, do Código Tributário Nacional	61
2.3.1. A responsabilidade pessoal e exclusiva do sócio ou administrador.....	61
2.3.1.1. Inocorrência de solidariedade ou subsidiariedade com a pessoa jurídica.....	65
2.3.2. Desnecessidade de desconsideração da personalidade jurídica	74
2.4. As condutas que ensejam a responsabilidade pessoal	76
2.4.1. Excesso de poderes	79
2.4.2. Infração à lei, contrato ou estatuto social	80
2.4.2.1. Encerramento irregular da sociedade limitada ou anônima.....	83
2.4.2.2. Ausência de pagamento de tributo e a responsabilidade do sócio ou administrador.....	88
2.5. Do devido processo legal substancial	93
2.5.1. A necessidade de processo administrativo prévio à inclusão do sócio ou administrador na execução fiscal	98

CAPÍTULO 3

A EXECUÇÃO FISCAL, 107

3.1. A finalidade da execução fiscal.....	109
3.2. A inscrição em Dívida Ativa como ato de controle administrativo de legalidade	110
3.3. A inclusão do sócio ou administrador na Certidão de Dívida Ativa e seus requisitos legais	111
3.4. A presunção de liquidez e certeza da Certidão de Dívida Ativa.....	116
3.5. O redirecionamento da execução fiscal ao sócio ou administrador que não foi incluído como responsável na Certidão de Dívida Ativa	119
3.6. A reforma do Código de Processo Civil e sua repercussão nas execuções fiscais.....	121
3.6.1. A penhora <i>on-line</i> na execução fiscal (art. 655-A do CPC x art. 185-A do CTN)	124
3.6.2. Substituição do bem penhorado (art. 656, § 2º, do CPC x art. 15, I, da Lei nº 6.830/1980)	127

3.6.3. Arrematação irretratável e restituição na execução fiscal (art. 694, § 2º, do CPC x art. 32, § 2º, da Lei nº 6.830/1980)	129
3.6.4. Penhora sobre faturamento na execução fiscal (art. 655, VII, do CPC x art. 11, § 1º da Lei nº 6.830/1980).....	132
3.6.5. A averbação de bens (art. 615-A do CPC x art. 185 do CTN)	134

CAPÍTULO 4

A EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE, 137

4.1. A defesa do executado sem a garantia do juízo e sua finalidade	139
4.2. O cabimento da exceção de pré-executividade nas execuções fiscais	145
4.3. Nomenclatura e hipóteses de cabimento da exceção de pré-executividade	148
4.3.1. Matérias de ordem pública cognoscíveis de ofício pelo juiz	151
4.3.1.1. Condições da ação e pressupostos processuais	151
4.3.1.2. A alegação de ilegitimidade passiva do sócio ou administrador para figurar na execução fiscal e o ônus da prova quanto à responsabilidade pessoal.....	153
4.3.2. A necessidade de prova pré-constituída. Inadmissibilidade de dilação probatória na exceção de pré-executividade.....	161
4.3.3. Fatos modificativos, impeditivos e extintivos do direito	165
4.3.3.1. A comprovação do pagamento	165
4.3.3.2. A prescrição e a decadência	167
4.3.3.2.1. A prescrição no redirecionamento da execução fiscal ao sócio ou ao administrador.....	171
4.3.3.3. As causas extintivas e suspensivas do crédito tributário	181
4.4. Os legitimados para a oposição da exceção de pré-executividade na execução fiscal.....	182
4.5. O processamento da exceção de pré-executividade	183
4.5.1. A oitiva do exequente e a atribuição do efeito suspensivo pelo magistrado em homenagem aos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa.....	183
4.6. O momento da apresentação da exceção de pré-executividade	186
4.7. A exceção de pré-executividade e seus reflexos nos embargos do devedor.....	191
4.8. Recursos.....	194

4.9. A coisa julgada.....	198
4.10. A condenação em honorários advocatícios.....	199

CAPÍTULO 5

OS EMBARGOS DO DEVEDOR NA EXECUÇÃO FISCAL, 205

5.1. Os embargos do devedor disciplinados pela Lei nº 11.382/2006 e pela Lei nº 6.830/1980.....	207
5.2. Natureza jurídica e procedimento	217
5.2.1. Necessidade de prévia garantia do juízo para a admissão dos embargos do devedor. Penhora de dinheiro e fiança bancária	222
5.2.2. Emenda, substituição e cancelamento da Certidão de Dívida Ativa.....	229
5.3. Legitimidade do sócio ou administrador nos embargos do devedor	233

CAPÍTULO 6

EMBARGOS DE TERCEIRO, 237

6.1. Conceito e natureza jurídica.....	239
6.2. O sócio ou administrador como terceiro embargante.....	242
6.3. Procedimento dos embargos de terceiro	250

CONCLUSÃO, 257

Referências Bibliográficas.....	269
Anexo – Quadro Comparativo.....	275